

---

## APRESENTAÇÃO: ECONOMIAS, POLÍTICAS E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E NEGRAS: CENÁRIOS DE CONFLITO, MUDANÇA SOCIAL E IDENTIDADE ÉTNICA<sup>1</sup>

---

**Bruno de Oliveira Rodrigues**<sup>2</sup>

<http://lattes.cnpq.br/3933365669535929>

<https://orcid.org/0000-0002-7156-938X>

**Sidnei Clemente Peres**<sup>3</sup>

<http://lattes.cnpq.br/1740995150718319>

<https://orcid.org/0000-0003-4922-610X>

**Gessiane Ambrósio Nazário**<sup>4</sup>

<http://lattes.cnpq.br/9026694135300954>

<https://orcid.org/0000-0002-5472-8107>

**Tiago de Garcia Nunes**<sup>5</sup>

<http://lattes.cnpq.br/0514938056986628>

<https://orcid.org/0000-0003-0716-6268>

### APRESENTAÇÃO

As questões fundiária, ambiental e energética são estratégicas nos processos de formação dos Estados e de democratização dos regimes políticos de governo. A corrida global pela terra que pressiona pela valorização capitalista, estimulando novos mecanismos públicos e privados de expropriação fundiária nos países de terceiro mundo (na América Latina, na África e na Ásia), promove o mercado mundial de commodities legitimados pela proposição de uma crise, generalizada e naturalizada, de alimentos e de biocombustíveis. Recursos fundiários também são requisitados por grandes empreendimentos do setor extrativista

---

<sup>1</sup> Agradecemos o apoio da CAPES e FAPEAM para viabilização deste dossiê.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF); Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [brunorodrigues@ufam.edu.br](mailto:brunorodrigues@ufam.edu.br)

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais (PPGCS/UNICAMP); Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [sidnei-peres@id.uff.br](mailto:sidnei-peres@id.uff.br)

<sup>4</sup> Doutora em Educação (PPGE/UFRJ); Professora da rede municipal de educação do Município de Armação de Búzios. E-mail: [gessiane.ambrosio@gmail.com](mailto:gessiane.ambrosio@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutor em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF); Professor da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). E-mail: [tiago.nunes@ucpel.edu.br](mailto:tiago.nunes@ucpel.edu.br)

predatório (mineração), assim como pela incorporação de novas áreas e paisagens transformadas em espaços para consumo turístico. Na verdade, apresentam-se em confronto os países ricos em capital e escassez de recursos naturais e os países pobres em capital e ricos em recursos naturais e/ou belas paisagens, fortalecendo uma divisão do trabalho internacional, em novos formatos coloniais, entre produtores de mercadorias que incorporam alto investimento em tecnologia e fornecedores de matéria prima, consolidando uma elite econômica que se apresenta como indutora do desenvolvimento rural e da modernização agrária, impondo a pauta do agronegócio aos governantes como assunto de interesse nacional.

O Estado se torna refém e obrigado a orientar as políticas e legislações de ordenamento territorial, gestão ambiental e regularização fundiária conforme a agenda desta nova classe de latifundiários (nacionais ou estrangeiros), favorecendo regimes de apropriação de terras antagônicos aos modos de uso e ocupação tradicionais, fundamentais a reprodução social de modos de vida coletivos culturalmente diversos. As regiões onde vivem esses povos e comunidades são consideradas muitas vezes como áreas vazias, desocupadas, improdutivas, um reservatório de terras adquiridas a baixo custo ou até mesmo através de procedimentos ilegais e violentos, expulsando e deslocando compulsoriamente famílias e coletividades inteiras desprovidas de seus meios de sustentação social e econômica. Essas pessoas são empurradas para lugares distantes ou para viverem em condições precárias, onde a especulação imobiliária ainda não se estabeleceu ou consolidou, ou tornam-se força de trabalho explorada por empresas ou fazendas que invadiram suas terras, ampliam o desmatamento e degradam o meio ambiente, ou passam a integrar o conjunto de moradores de favelas e bairros periféricos das grandes metrópoles ou das pequenas cidades que surgem neste processo.

Emergem práticas e estratégias de resistência e formas de expressão organizada de luta pela terra, assim como categorias de mobilização e representação política inerentes a gramáticas e demandas morais de reconhecimento de direitos, seja no código político da reforma agrária ou da reparação histórica, tendo como noção legitimadora o “trabalho” ou a “identidade”. Estes cenários de conflito provocam a reorganização social, econômica e política das comunidades e grupos envolvidos, bem como as bases materiais e simbólicas de constituição de suas identidades. Por outro lado, os projetos desenvolvimentistas dos Estados nacionais, incluindo a construção de grandes obras de infraestrutura (rodovias, hidrovias, hidroelétricas, portos, etc.) produzem mais pobreza que supostamente visam eliminar. Contraditoriamente, a criação de unidades de conservação e de assentamento rural (por

pressão de órgãos internacionais de cooperação internacional, pela sociedade civil e movimentos sociais) se chocam com a defesa e garantia de territórios de ocupação e uso coletivos, nos casos de sobreposição destas áreas.

As lutas sociais vêm adquirindo novos contornos neste contexto de saque global pela terra, de valorização capitalista dos recursos fundiários (sejam rurais ou urbanos), novas identidades aparecem e novas formas de expressão política se constituem. Tais cenários de conflito fundiário, étnico e socioambiental interferem nos processos de formação do Estado, democratização e desenvolvimento nos chamados países do sul global. Os textos aqui reunidos visam contribuir com o estabelecimento de um diálogo e intercâmbio científico que promova o entendimento destas dinâmicas e disputas territoriais importantes para a democratização da institucionalidade política rumo ao desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Sendo assim, este dossiê temático reuni estudos e pesquisas sobre os conflitos fundiários e socioambientais, levando em consideração a corrida global pela aquisição de terras, os cenários de territorialização desenvolvimentista e ambientalista, o papel do Estado e dos movimentos sociais. O objetivo é propiciar reflexões que ofereçam subsídios para análises comparativas, tanto no plano das políticas públicas quanto no plano das lutas e demandas da sociedade civil, sobre as situações de intervenção e disputa socioambiental, de regulação fundiária, de ordenamento territorial e de produção social de identidades coletivas. O foco deste dossiê, portanto, privilegiou os contextos de antagonismo entre modalidades distintas de uso dos recursos naturais, estratégias de reprodução social e processos de reorganização econômica e política. Os regimes de dominação social, expropriação/controlado fundiários e (i)mobilização da força de trabalho são diversos, constituindo uma área de investigação social que permite uma base sólida para formulação de reflexões em nível comparativo sobre as diversas situações de reorganização social, econômica e política em que grupos e coletividades lutam pela manutenção de suas identidades e modos de vida.

O artigo de **Peter Schroeder** apresenta uma discussão importante sobre o que se entende por economia indígena. Ao abordar a economia Fulni-ô, no seio das relações interétnicas e, portanto, na relação com agentes sociais não indígenas, contribui para a crítica às abordagens essencialistas e para a compreensão dos contextos econômicos complexos e dinâmicos nos quais se inserem as estratégias de reprodução social dos grupos indígenas. Essa discussão conceitual se inscreve nos estudos sobre os conflitos fundiários e as lutas pelo

direito referente aos modos coletivos de ocupação e uso dos recursos básicos para a reprodução sociocultural.

O artigo de **Monique Rodrigues Carvalho** nos oferece uma etnografia da situação de conflito entre um grupo de indígenas Guarani Mbya e a empresa multinacional IDB Brasil, no município de Maricá, estado do Rio de Janeiro. O antagonismo se estabelece a partir da ocupação de terras de uma área de proteção ambiental por algumas famílias indígenas, incorporadas ao projeto de construção de um resort. A descrição e análise se desdobra ao abordar o processo de manufatura social e política do território indígena, fundamental para a manutenção do modo de vida coletivo. Trata-se de um caso raro em que uma comunidade indígena é convidada por um prefeito para ocupar uma área de terras no município, posto que em geral os prefeitos rechaçam tal ocupação considerada um problema fundiário e político. Cabe dizer que o prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) visava transformar aqueles indígenas em atração turística, “importando a questão indígena” como alegavam seus opositores e uma parte da população, acionando preconceitos racistas e rotulando as famílias Guarani envolvidas de “índios do PT”. Temos aqui um texto que se inspira na proposta de uma antropologia processual, que articula etnografia e história, na qual a mudança, o conflito e a agência indígena são destacados como dimensões fundamentais para a compreensão dos contextos de produção social de identidades e territorialidades étnicas.

**João Pacheco de Oliveira** aborda o governo do Presidente Jair Bolsonaro a partir das dinâmicas e políticas de abertura e fechamento da fronteira, elegendo como referência de comparação a ditadura militar instaurada com o Golpe de 1964. Retoma o conceito de fronteira para refletir sobre a formação do Estado-Nação brasileiro, a complexidade de processos políticos contemporâneos e as bases de sustentação da democracia. A ocupação e exploração econômica, à todo custo, da Amazônia voltou a ser objeto de preocupação geopolítica sob controle militar. Durante o período de redemocratização a tutela militar sobre a região foi sendo desmontada, principalmente a partir das mudanças no ordenamento jurídico, político e burocrático do Estado, propiciado pela Constituição Federal de 1988 e pela ECO-92, que reconheceu direitos territoriais aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Um tipo de reforma agrária sob a égide das demandas de cidadania na linguagem dos direitos originários, da reparação histórica e da conservação ambiental, foi gradativamente implementado. Tal cenário provocou a reação de setores econômicos interessados na manutenção da concentração agrária (representados no parlamento federal pela bancada ruralista) como os empresários do agronegócio, que se constituíram em um dos pilares de

apoio da candidatura de Bolsonaro à presidência da República e depois ao seu governo. Na conclusão, João Pacheco oferece um panorama comparativo destes dois momentos de militarização autoritária do regime político (um realizado por meio de um golpe de Estado e outro pela via eleitoral), apontando para suas semelhanças e diferenças, principalmente considerando suas repercussões nas dinâmicas e políticas de ordenamento territorial na Amazônia.

O artigo de autoria de **Gessiano Nazario, Jairo Vieira e Sidnei Peres** apresenta uma reflexão sobre a imprensa como registro de memória dos conflitos fundiários na Fazenda Campos Novos, na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, com destaque para o período da ditadura militar (1964-1985) e para a comunidade da Caveira, composta por um campesinato negro constituído por descendentes de escravizados. Enfocam as categorias de mobilização coletiva e formas de expressão do embate político entre camponeses e fazendeiros. Os autores se propõem a contribuir com os estudos sobre repressão do campesinato e sobre a memória dos conflitos fundiários, durante a ditadura militar instaurada com o golpe de Estado de 1964. Este cenário histórico foi importante na configuração da ocupação de terras da comunidade da Caveira no presente e dos conflitos fundiários que se etnicizaram, quando os camponeses se apropriam da categoria jurídica de “remanescentes de comunidade de quilombo” nos anos 2000. As matérias jornalísticas são tratadas não só como registro de fatos, mas de representações, isto é, como construção narrativa e quadro interpretativo das situações de conflito. Portanto, a imprensa é compreendida como um campo de disputa de memória. Cabe destacar que as lembranças dessas agressões é cultivada pelos mais velhos da comunidade da Caveira, consistindo em fator relevante para a afirmação da identidade quilombola no presente.

Já no texto “Mudanças climáticas sob a ótica das mulheres indígenas”, de autoria das autoras **Tereza de Sousa Ramos, Paula Mirana de Sousa Ramos, Luciana Ferreira da Cunha**, encontramos uma reflexão propõe uma análise sobre a percepção das mulheres da Terra Indígena Jurubaxi-Téa, localizado no Médio Rio Negro, da Terra Indígena localizada no rio Uaupés-Alto Rio Negro, da Terra Indígena Iauaretê, da Terra Indígena Iauaretê e da Terra Indígena Yanomami, sobre o fenômeno da “quentura”.

Quando vamos para o texto da **Ana Cristina dos Santos**, nos deparamos com uma leitura crítica sobre os fenômenos das grandes remoções em favelas no Rio de Janeiro ante aos megaeventos, aqui, no caso, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A autora, na leitura do contexto do território da Vila das Torres, no bairro de Madureira, reflete

sobre a remoção da comunidade para construção de um parque, então nos indica que os deslocamentos forçados são processos de higienização territorial, marcadamente atravessados por elementos de raça e classe, que são constituições políticas, econômicas e sociais, que se assentam massacrando memórias, afetividades e enraizamentos.

Ao fim, o Dossiê conta ainda com uma sessão de resumo e resenhas, primeiro temos a Profa. Dra. **Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto**, que nos apresenta um resumo do seu livro “Cultura e Ontologia no Mito da Cobra Encantada”, destacando a receptividade da sua obra no campo acadêmico e destacando a proposta desta leitura. Já o Prof. **Alex Sander Régis**, na sequência nos oferta uma reflexão crítica sobre essa obra da Profa. Marilina, destacando um cenário ampliado ao qual a obra está engajada academicamente. Nesta resenha, o “livro-cobra” como o denomina, é um “banquete à inteligência e ao espírito humano em suas múltiplas variantes”, enquanto que “por vias recônditas a serpente nos interpela, toca, transforma; se faz narrativa e literatura, lógica e conceito, filosofia e antropologia, corpo e espírito, ciência e intuição, simbólica e diabólica”. Esta proposta associativa entre a narrativa da autora sobre sua obra, seguida da narrativa reflexiva-crítica, oferece ao leitor desse dossiê uma ótima e instigante oportunidade de conhecer esta obra.

Com isto, este dossiê vai proporcionar ao leitor uma oportunidade de conhecer uma produção acadêmica bastante criativa, inovadora e sofisticada, com grande potencial de contribuir para o campo científico das ciências sociais e humanidades. Boa leitura!